



O PROFESSOR ITINERANTE E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Autora: Maria José de Souza Marcelino. Orientador: Professor Dr. Washington Luiz Martins (UFPE). Instituto Superior de Línguas e Administração – UNISLA/Portugal.
E-mail: mjs.maria@hotmail.com

Introdução

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº. 9394/96 traz um capítulo voltado para a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais, onde menciona serviços educacionais necessários para a permanência, com sucesso, na escola. Como forma de contribuir para a normatização dos serviços previstos na LDBEN, o Ministério de Educação junto às instâncias responsáveis pela educação escolar, formula as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Nesta, a itinerância é citada, como serviço de orientação e supervisão pedagógica, desenvolvida por professores especializados.

A itinerância, portanto, é um serviço educacional que tem respaldo legal para o seu funcionamento, na perspectiva de melhor atender aos alunos que por motivos diversos, não correspondem às exigências da escola. Entretanto, a prática evidencia que este serviço, muitas vezes está distante do desejável, considerando as necessidades dos alunos. Esta constatação configurou-se no ponto de partida para a pesquisa, de forma que há desconfiança de que o modelo de formação do docente itinerante, para o trato de uma prática de educação especial, está equivocado, tendo em vista a percepção que se tem em relação a esse profissional como único responsável pela inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Sendo assim e buscando provocar esclarecimentos sobre o surgimento do professor itinerante, da sua prática pedagógica bem como do seu papel, definimos o seguinte problema para a pesquisa: Em que medida a proposta de atuação para o professor itinerante, implantada pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco / Brasil,

contribui para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais? Esta tem a finalidade de favorecer a reflexão sobre o papel do professor itinerante no processo inclusivo.

A razão da importância levantada está na consequência que seu esclarecimento poderá provocar positivamente um amadurecimento na prática educativa. Assim, o levantamento do problema e a demonstração da inexistência de um modelo que se adeque ao Estado, ao docente e ao aluno, nos favoreça meios para construção urgente de uma tarefa que precisa ser realizada, onde se busque eliminar qualquer tipo de controvérsia. Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo, analisar em que medida a prática pedagógica e a proposta de atuação para o professor itinerante, implantada pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, contribui para a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Para tanto, discutimos aspectos relacionados ao processo inclusivo, ao professor itinerante e à prática pedagógica.

Referencial Teórico

A história da organização da sociedade é marcada por um processo de categorização das pessoas, e essas classificações “produzem hierarquias, são excludentes e sempre são invenções humanas e como tais não são nem imutáveis nem naturais” (CAMPELO, 2000, p. 19.), indicam as intenções das pessoas ou grupos que determinam as regras advindas, dentre outros, de fatores culturais, econômicos e sociais, de modo que os grupos que não se enquadrem ao modelo pré-estabelecido são excluídos.

No mundo moderno, ainda permanecem práticas excludentes quando o acesso dessas pessoas aos bens sociais e culturais é negado, sugerindo a valorização das diferenças de forma negativa como meio de prejuízos a essas pessoas. “A grande maioria das políticas pedagógicas e sociais é conduzida pela crença na existência de um ser deficiente e não pelo reconhecimento da necessária construção histórica e cultural desses sujeitos e de suas subjetividades” (LONGMAN, 2000, p.15). Preocupações com o bem estar de todos, começam a emergir a partir de reflexões sobre discursos já formulados e construídos acerca da exclusão social, na medida em que os mesmos não correspondem às demandas do mundo pós-moderno. É neste contexto que surge o paradigma inclusivista, que teve sua gênese em discussões atinentes a escolarização de pessoas

com deficiência em países como o Canadá, Estados Unidos e Espanha. No que tange ao paradigma inclusivo, vamos nos ater a inclusão educacional, tendo em vista que esta é o pano de fundo para refletir sobre a proposta de atuação do professor itinerante, implantada pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, buscando compreender em que medida, contribui para a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.

O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntos, onde quer que isso seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças elas podem ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.11-12).

A inclusão educacional enfatiza uma escola de qualidade, uma escola para todos, e não uma política específica de Educação Especial, pois tem como princípios o convívio dentro da diversidade e o respeito às diferenças individuais. A educação inclusiva “é incluir para todos” (WERNECK, 1997, p. 41). Propõe um constante repensar, refazer e rever a relação do ensino aprendizagem, “A inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas [...]”, (MANTOAN, 1997: p. 33)

Foi no sentido de aperfeiçoamento da prática pedagógica para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos, que emergiu os serviços de educação especial amparados em dispositivos legais educacionais. Dentre esses serviços encontra-se o professor itinerante, conforme mencionado anteriormente, para acompanhar e orientar o professor que atua com estes alunos, a escola e a família, de modo a contribuir para o aprimoramento do processo, na perspectiva da garantia do ensino aprendizagem e permanência dos alunos na escola.

É neste aspecto, compreendemos que para desempenhar bem o seu papel, o professor itinerante precisa ser um mediador entre a curiosidade do aluno e o conhecimento, ao mesmo tempo, aprender com o mesmo. O professor itinerante constituiu-se uma das primeiras tentativas de garantir a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais, na sala regular de ensino.

O educador itinerante deve se contrapor à pedagogia tradicional e comungar com os pressupostos da pedagogia da libertação. Como afirma Freire:

[...] para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. É fundamental, contudo, a partir de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas esta no mundo, mas com o mundo. Esta no mundo resulta de sua abertura a realidade, que o faz ser o ente de relação que é. (1996, p, 22).

Neste sentido, o professor itinerante deve extrapolar as dimensões que estão colocadas nas propostas pedagógicas orientadas pelos sistemas de ensino, devendo se colocar como agente de transformação da realidade, na perspectiva de contribuir para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, melhor dizendo, levando-os a está com o mundo e não apenas no mundo.

Metodologia

A pesquisa que está em andamento é fruto de um projeto de Dissertação em Educação na linha de Formação de Professores da Universidade UNISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração - Programa de Formação Avançada em Psicologia da Educação, Formação e Orientação Escolar em Portugal. A abordagem metodológica definida para analisar os dados é de cunho qualitativo, tendo em vista que o objeto de estudo não se deixa apreender na sua totalidade, não é neutro e está inserido numa realidade concreta. Dialoga com o pesquisador e a sua apreensão, em nível de aproximação, se dá no processo. Isso não implica em negar princípios quantitativos na análise e apresentação dos dados.

O seu desenvolvimento compreende três momentos: no primeiro far-se-á uso de uma pesquisa bibliográfica com ênfase na análise de documentos, os quais serão coletados junto a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e as Gerencias Regionais de Educação, buscando analisar as atribuições definidas para o professor itinerante e as contribuições destas, para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais; no segundo momento será realizada uma pesquisa de campo como forma de medir os impactos da prática do professor itinerante no processo de inclusão desses alunos, e no terceiro momento analisar-se-á os dados da amostragem, buscando

responder ao problema de pesquisa. Para coletar os dados serão utilizados questionários, entrevistas e análise documental.

Resultado

Em relação aos resultados, a pesquisa encontra-se na fase inicial. Contudo os dados preliminares evidenciados na pesquisa bibliográfica, apontam escassez no trato de literatura específica sobre o professor itinerante. No que se refere aos documentos oficiais, na rede estadual, verificamos apenas Instruções e Resoluções que regulamentam as atribuições desse profissional.

Considerações Finais

Considerando que a pesquisa está em andamento não é possível responder os objetivos que partem do problema, contudo espera-se que os resultados obtidos inicialmente possam promover reflexões acerca do objeto de estudo, como também contribuir para uma realidade vivenciada, visando encontrar subsídios para redefinir práticas educativas.

No que se refere à inclusão, temos ciência que o caminho a percorrer é longo, todavia acreditamos que a figura do professor itinerante na atual conjuntura é imprescindível, tendo em vista que a escola não corresponde aos princípios de uma educação inclusiva.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação-**Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional** - LDBEN Nº. 9.394-. Brasília, 1996.

CAMPELLO, Maria Tereza Barreto. Classificar, para que serve? In: PERNAMBUCO, Governo do Estado. **A discriminação em questão**/ Secretaria de Educação. Recife, 2000.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA - Linha de Ação - Espanha, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** 18, ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Ser ou estar eis a questão**. Rio de Janeiro: Editora Scipione, 1997.

LONGMAN, Liliâne Vieira. “Em terra de cego quem tem um olho”...? In: PERNAMBUCO, Governo do Estado. **A discriminação em questão**/ Secretaria de Educação. Recife, 2000.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade**. Editora: WVA, Rio de Janeiro, 1997.